

O Direito Ambiental e os Direitos do Meio Ambiente: uma análise à luz da cosmologia Guarani Mbyá

Rodrigo Mariano (Verá Yapuá)¹

Em uma manhã, como de costume dos Guarani, uma família se reuniu ao redor do fogo de chão para conversar, usar seus petyngua (chachimbo onde se queima tabaco), tomar chimarrão e conversar, sobre o dia que se inicia e a noite anterior, sempre se atentando para os sonhos. Após longa conversa, os dois filhos do casal se preparavam para ir para a mata, olhar as armadilhas e coletar frutos, ao estarem prontos para sair o pai os alertou sobre um sonho que teve na noite passada e que estivessem atentos, pois o dia não estaria propício para entrada na mata e que a mata não poderia ser incomodada, - ao entrarem na mata peçam permissão e falem o que estarão fazendo e mesmo que vejam/ouçam coisas estranhas não sejam curiosos. Dito isso, os dois meninos partiram. Após terem olhado as armadilhas, caçaram um tatu e já estavam retornando, quando ao passarem por uma lagoa ouviram sons de abelhas e insetos as margens, ergueram o tatu em uma forquilha de uma pequena árvore e foram olhar, viram uma enorme cobra, o mais velho, com mais coragem decidiu cortar uma taquara para cutucar a cobra, quando alertado pelo seu irmão mais sobre as orientações de seu pai, disse que era apenas para ver se a cobra estava viva, contrariando o mais novo começou a mexer com a cobra, não demorou muito e ela começou a se movimentar e logo veio em direção dos dois, correram deixando a caça que foi engolida pela cobra que seguia atrás dos dois meninos, os dois tentaram fugir subindo em uma árvore mas a cobra já subia em direção aos dois, quando o mais velho começou a usar sua flecha para afastá-la, acertando algumas flechadas na cabeça da cobra grande e matando-a. Os dois meninos retornaram para a aldeia, o mais novo após o susto chegou rindo em casa e quando perguntado sobre as caças e frutos apenas respondeu que perderam tudo pois foram assustados por uma grande cobra, mas que o seu irmão havia matado, já o mais velho, chegou e foi logo para a casinha que funcionava

1 Assessor jurídico Guarani. Bolsista pela Comissão Guarani Yvyrupa no projeto de fortalecimento da advocacia Indígena do Instituto Probono. E-mail: ajur.rodrigo@yvyrupa.org.br.

*como cozinha e espaço de conversas sem falar nada, já estava com seu espírito se afastando do corpo. Quando a família perguntou detalhes sobre o ocorrido duvidando do mais novo, resolveram ir perguntar para o irmão mais velho, chegando onde ele já não estava mais vivo. Como de tradição, levaram o jovem para a opy (casa de reza) mas não conseguiram que ele voltasse à vida, e no ritual os espíritos contaram que a causa da morte foi que o espírito do dono das cobras havia o levado por ele ter matado uma das suas protegidas.*²

No Brasil, atualmente existem mais de 300 povos indígenas, somando um milhão e seiscentos e noventa e três mil e quinhentos e trinta e cinco (1.693.535)³ pessoas, que habitam, convivem e preservam seis biomas diferentes, detentores de saberes e conhecimentos milenares, vivendo como parte da terra.

Nesse sentido, importante destacar que, embora a constituição e legislações infraconstitucionais, tenham um caráter protetivo ao meio ambiente e aos povos indígenas, na prática temos observado uma verdadeira guerra aos direitos socioambientais, que afetam diretamente os povos indígenas e os biomas que estes protegem. O povo Guarani, em território nacional, soma cerca de 85 mil pessoas⁴, ocupando as regiões sul, sudeste e centro-oeste e ocupam majoritariamente o bioma da mata atlântica, com ocupação também no bioma pampa e cerrado.

2 História contada pelos mais velhos ensinando que devemos respeitar todos os seres desse mundo, e as orientações espirituais.

3 IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20\(7%2F8\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)). Acesso em: 25 jun. 2024.

4 Dados sistematizados na plataforma online "Mapa Guarani Digital". COMISSÃO GUARANI YVYRUPA. Disponível em: Disponível em <https://guarani.map.as>. Acesso em: ago. 2023.

A Mata Atlântica é uma das florestas mais biodiversas do planeta, é a segunda maior floresta tropical do Brasil, ficando atrás somente da Floresta Amazônica. Com o avanço da colonização e exploração predatória, promovida pela sociedade não indígena ocidental, conta atualmente com apenas 12,5% de sua cobertura florestal original⁵ e as investidas antiambientais não cessam, à exemplo, proposta de alteração (PLV-6/2023), ainda em análise no Congresso Nacional, da Lei 11.428 de 2006, que versa sobre a preservação deste bioma.

Em relação ao povo Guarani, se faz necessário nos atentar ao convívio íntimo com a floresta e a concepção religiosa sobre a criação da *Yvyrupa* (mundo Guarani), os cuidados e conexão com a terra onde tradicionalmente habitam. Não é estranho, que, os últimos remanescentes de floresta Mata Atlântica encontram-se em territórios de ocupação Guarani e outra parte em Áreas de Preservação e/ou Unidades de Conservação.

No presente debate se apontará uma visão diferente do ordenamento jurídico eurocêntrico que versa sobre o direito ambiental à luz do ordenamento ou orientação *jus nhandereko* do povo Guarani e apontará para uma concepção de direitos dos seres vivos, físicos e não físicos (*Ijá kery*), que envolvem e constituem a *Yvyrupa*.

5 Instituto Brasileiro de Florestas - IBF. *Bioma Mata Atlântica*. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica>. Acesso em: ago. 2023.

Apontamentos legais sobre proteção ao meio ambiente

De início, importa dar destaque para a legislação que versa sobre a preservação ambiental, essencialmente o que dispõe nossa Carta Magna que dedica o artigo 225 para consolidar:

Todo têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.⁶

Nota-se que, além de assegurar o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, impõe-se também um dever coletivo de proteção, não só ao tempo presente mas que se estenda também ao direito das gerações futuras muito bem pontuada pela Exma. Ministra Rosa Weber no âmbito da ADPF 623:

Ao conferir à coletividade o direito-dever de tutelar e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225), a Constituição Federal está a exigir a participação popular na administração desse bem de uso comum e de interesse de toda a sociedade. E assim o faz tomando em conta duas razões normativas: a dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente e o projeto constitucional de democracia participativa na governança ambiental ⁷.

Ainda, no que se refere ao caráter protecionista ao meio ambiente, merece destaque o Código Florestal Brasileiro Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção

6 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

7 ADPF 623, rel. min. Rosa Weber, j. 22-5-2023, P, DJE de 18-7-2023.

da vegetação nativa e a própria Lei 11428 de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), que versa sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, no qual se concentram as ocupações Guarani, além de resoluções atinentes às Unidades de Conservação e Áreas de Preservação.

O que se tem, a partir dessas menções, é que o direito, como ciência, cuidou de tratar o meio ambiente como direito fundamental da humanidade e, por isso, estabelece regras de cuidados que devem, por força de lei, serem seguidos, chegando até com caráter penal para quaisquer efeitos nocivos ao mesmo, à exemplo a Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998⁸, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 é um marco essencial para a consolidação dos direitos difusos e coletivos, e, atrelado a essa "virada constitucional" temos os direitos dos povos originários sendo introduzidos na Lei maior do Estado Brasileiro, por meio dos artigos 231 e 232, reconhecendo seus costumes, crenças, tradições e maneiras de se organizarem conforme suas concepções sociopolíticas, o que abre espaço para abordarmos a consonância destes direitos com o direito ambiental ou direitos do meio ambiente e seres vivos e não vivos.

⁸ BRASIL; Congresso Nacional. Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Brasília-DF, 1998

***Nhande reko*, concepção guarani, sua relação com a *Yvyrupa* (mundo em que se vive) e os direitos do meio ambiente**

Nhandereko, o modo de ser, viver, estar e se comportar Guarani, é ainda muito pouco conhecido pela literatura indigenista, salvo alguns apontamentos antropológicos acerca do tema.

Neste sentido, peço licença aos *nhe'ẽ kuery* (seres espirituais da religiosidade guarani) para abordagens acerca de questões pouco abertas ao público em geral.

A concepção do mundo a partir do entendimento cosmogônico do povo Guarani é bastante abordada em ensaios e trabalhos acadêmicos científicos, porém pouco se fala dos direitos dos seres que dividem espaços na *Yvyrupa* com o povo Guarani e sociedade em geral. Neste sentido, é que valerá trazer à baila pontuações acerca do significado do meio envolvente nos espaços de ocupação tradicional guarani e como isso significa a verdadeira proteção e ampliação de florestas.

Na criação do mundo guarani, existe a divindade maior, *nhanderu tenonde*, que deu existência a todos os seres vivos, físicos e não físicos, bem como, a outras divindades que ajudam a cuidar da sua criação. Dito isto, importante também destacar que cada criação de *Nhanderu* tem seus protetores ou quem detém a missão de cuidar e manter vivo todo tipo de existência, e nesse caso, nós próprios temos o dever de cuidar das criações divinas, que se dá através da harmonia e equilíbrio entre os seres.

No que tange a abordagem dos direitos do meio ambiente,

é importante destacar o primeiro caso brasileiro em reconhecer direitos de ente vivo a elemento natural. No estado de Santa Catarina, município de Florianópolis (SC), foi aprovada, em 2019 a emenda à Lei Orgânica nº 47, de 2019, a qual alterou o art. 133, que passou a vigorar com o seguinte texto, *in verbis*:

Art. 133. Ao Município compete promover a diversidade e a harmonia com a natureza e preservar, recuperar, restaurar e ampliar os processos ecossistêmicos naturais, de modo a proporcionar a resiliência socioecológica dos ambientes urbanos e rurais, sendo que o planejamento e a gestão dos recursos naturais deverão fomentar o manejo sustentável dos recursos de uso comum e as práticas agroecológicas, de modo a garantir a qualidade de vida das populações humanas e não humanas, respeitar os princípios do bem viver e conferir à natureza titularidade de direito⁹.

O caso mais recente ocorreu no estado de Rondônia, que instituiu a Lei Orgânica nº 2.579/2023 do município de Guajará-Mirim (RO) que assegura direitos de ente vivo e inerentes para o Rio Laje, afluente do Rio Madeira, dispõe em síntese:

Ficam reconhecidos os direitos intrínsecos do Rio Lage — Komi-Memen— como ente vivo e sujeito de direitos, e de todos os outros corpos d'água e seres vivos que nele existam naturalmente ou com quem ele se inter-relaciona, incluindo os seres humanos, na medida em que são inter-relacionados num sistema interconectado, integrado e interdependente¹⁰.

9 FLORIANÓPOLIS. Emenda à Lei Orgânica nº 47, de 2019. Altera o art. 133 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis. Leis Municipais, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/emenda-a-lei-organica/2019/5/47/emenda-a-lei-organica-n-47-2019-altera-o-art-133-da-lei-organica-do-municipio-de-florianopolis>. Acesso em: 24 jul. 2024.

10 CARULLI, Ellen Emerich. Reconhecimento da cosmovisão dos povos originários: alteração da lei orgânica de Guajará-Mirim (RO) e a lei do Rio

Ainda, dispõe que se crie um comitê de guardiões do rio com a finalidade de preservação e manutenção de direitos do rio. Consoante isso, como menciona Orivaldo Nunes Junior, em seu trabalho intitulado "Subsídios para Protocolos de Consulta aos Espíritos conforme Convenção 169/OIT", que abre discussão sobre o respeito aos espíritos, pois está ligado diretamente à autodeterminação dos povos. Em suas palavras:

A Convenção 169 da OIT iniciou o ciclo de autodeterminação dos Povos Indígenas, obrigando aos Estados a garantirem a participação de indígenas como membros de Grupos e Equipes Técnicas, e também a consulta aos povos e comunidades, o respeito à suas tradições, religiosidade e sua espiritualidade. Quanto aos espíritos, devem ser consultados por especialistas em xamanismo conforme os protocolos rituais de cada povo indígena e cada comunidade, conforme suas Jurisdições Indígenas e seus Direitos Indígenas ¹¹.

Em que pese ser importante o reconhecimento, pelo ordenamento jurídico brasileiro, dos direitos dos seres vivos e não vivos que compõem o nosso mundo, o povo Guarani guarda relação com um ordenamento consuetudinário próprio, interno e muito guiado pela nossa concepção religiosa sobre respeito e maneiras de se relacionar com os entes vivos, físicos e não

Komi-Memem (Rio Lage). Disponível em: <https://labjuta.com.br/alteracao-da-lei-organica-de-guajara-mirim/>. Acesso em: ago. 2023.

11 NUNES, Orivaldo Junior. Subsídios para Protocolos de Consulta aos Espíritos conforme Convenção 169/OIT. *Cadernos Nauti*: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 85-104, jul-dez 2021. Semestral. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230562/Subs%C3%ADdios%20para%20Protocolos%20de%20Consulta%20aos%20Esp%C3%ADritos%20conforme%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20169_OIT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: out. 2023.

físicos de forma equilibrada e harmoniosa. Sobre a relação entre o povo Guarani e o meio em que vivem, existe um total respeito, e constante diálogo, aos guardiões dos elementos e seres. À exemplo, temos seres e seus donos, que podem fazer o mal quando incomodados, como quando brincamos com pedras ou cortamos árvores. Esses "donos" *ijá kuery*, ao se sentirem ofendidos ou não comunicados do porquê estamos precisando ocupá-los e manuseá-los, podem simplesmente nos avisar de que foram incomodados, lançando algum mal-estar espiritual de fraqueza, medo e angústias, que podem se repercutir em febres, dores, espasmos e até mesmo levar alguém a morte. Mesmo caso, o dono das águas, sempre é bom agir com respeito e silenciosos ao irmos em pescarias, caso incomodado, da mesma forma que outros guardiões, podem se manifestar lançando algum adoecimento espiritual ou físico.

O que se infere desta superficial abordagem sobre a relação do povo Guarani com o meio ambiente configura, além de um ordenamento a ser seguido, - o de seguir regras de contatos e negociações com estes seres- é um direito dos vários entes vivos, visíveis e não visíveis de serem informados, consultados sobre qualquer ação que nós, humanos, praticaremos que os afetem. O pedido de permissão é fundamento na relação entre os Guarani e uso dos recursos naturais que compõem o mundo.

Outro exemplo que vale destacar, à comparar com o Código Florestal e a necessidade de manutenção de matas ciliares, é a compreensão e ensinamentos sobre a necessidade de nunca deixar um rio descoberto de vegetação, pois não sabemos

onde o dono dos rios fez sua morada, - que é sempre às margens-, e se este ficar exposto ao sol, este dono pode se mudar para outro lugar, secando totalmente o rio que era por ele guardado, nesse caso, não é o direito regulando a obrigação de mantermos a mata ciliar, mas sim, a obrigação espiritual de respeito ao direito do dono/guardião do rio de estar no seu lugar e no seu tempo, a sua maneira, preservando assim, o curso do rio e qualidade de sua água.

Na mesma linha, os exemplos citados anteriormente podem ser tidos como o direito dos guardiões das matas, árvores, pedras e animais de serem respeitados e consultados antes de qualquer ato a ser praticado contra seus protegidos.

Ainda, cabe explicitar que há uma conexão com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o dever ou obrigação de respeitar o direito do meio ambiente e ao povo Guarani, se dá também ao tempo pretérito, ou seja, se conjuga uma ação de respeitar, no tempo passado, honrando a ancestralidade, no tempo presente, garantindo o equilíbrio seguindo como ensinamento para que seja resguardado o futuro, de filhos e netos Guarani.

Por fim, cabe trazer à discussão, toda a construção jurídica no país, seja sobre direito ambiental ou os casos específicos de reconhecimento de direitos ao meio ambiente como entes detentores de direitos, não passam por uma vontade inicial dos legisladores, sendo concretizadas a partir de uma pressão social. Neste sentido, impera salientar que há uma deficiência do Estado nessas elaborações, pois não há uma troca intercultural, que se vê necessária, para a consolidação de normativas que cria

um direito ao meio ambiente. O Estado não abre espaços para amplas discussões a partir das especificidades dos povos que podem contribuir muito mais no caminho de salvaguardar os biomas brasileiros, pois construído e estruturado, politicamente, a partir de uma visão ocidental e preconceituosa de mundo.

Os apontamentos finais acerca do tema são provocativos, pois é nítido que o meio ambiente como um todo detém direitos a serem respeitados, porém, a partir da lógica colonial exploratória, tenta-se admitir violências contra essas formas de existência, contornando com algumas poucas - e nem sempre cumpridas, medidas compensatórias, seja de obrigação de preservação em outro local ou mesmo de sanções penais e administrativas para crimes, considerados passíveis de penalização.

Contudo, a partir da perspectiva cosmológica Guarani, o que se observa é um sentido totalmente diferente de relação com o meio ambiente e o regramento se dá, não por obrigação que se não for cumprida sofrerá sanção administrativa, pecuniária. O cuidado, dever de seguir um ordenamento, está diretamente ligada ao equilíbrio da existência, e para o povo Guarani, as existências dos seres humanos e não humanos são indissociáveis, são os pilares que sustentam a *yvyrupa*, que interligam mundo físico e não físico, seres visíveis e não visíveis, tecendo suas relações, buscando alcançar o equilíbrio e harmonia necessária para a prática do *Nhandereko*.

Por fim, cabe destacar que o caminho mais contemplativo no sentido de respeito unindo meio ambiente e o povo Guarani e povos indígenas geral, seria primordialmente o respeito à

Constituição Federal, que garante o respeito a autodeterminação dos povos e direitos aos suas maneiras próprias de ser, estar e se organizar, reforçado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a consulta livre, prévia e informada aos povos sobre quaisquer medidas, inclusive legislativa, que os afetem diretamente, -neste caso a construção de normas que dizem respeito às relações humanas com o mundo não humano, mundo físico e espiritual, que se envolvem quando o assunto é meio ambiente, que na nossa perspectiva de existência são indissociáveis.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998*. Brasília-DF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 623*, rel. min. Rosa Weber, j. 22 maio 2023, P, DJE de 18 jul. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=225>. Acesso em: ago. 2023.

CARULLI, Ellen Emerich. *Reconhecimento da cosmovisão dos povos originários*: alteração da lei orgânica de Guajará-Mirim (RO) e a lei do Rio Komi-Memem (Rio Lage). Disponível em: <https://labjuta.com.br/alteracao-da-lei-organica-de-guajara-mirim/>. Acesso em: ago. 2023.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA. *Mapa Guarani Digital*. Disponível em: Disponível em <https://guarani.map.as>. Acesso em: ago. 2023.

FLORIANÓPOLIS, Câmara municipal. *Lei Orgânica n° 47*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://labjuta.com.br/alteracao-da-lei-organica-de-guajara-mirim/>. Acesso em: ago. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20\(7%2F8\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)). Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. *Bioma Mata Atlântica*. 2020. Disponível em: < <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-at>. Acesso em: ago. 2023.

NUNES, Orivaldo Junior. Subsídios para Protocolos de Consulta aos Espíritos conforme Convenção 169/OIT. *Cadernos Nauti*: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 85-104, jul-dez. 2021.

